



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VALÉRIA BARBOSA GUEDES

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
SUPERIOR: a trajetória de uma discente cega da Universidade Estadual da Paraíba**

Campina Grande – PB

2014

VALÉRIA BARBOSA GUEDES

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
SUPERIOR: a trajetória de uma discente cega da Universidade Estadual da Paraíba**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Graduada.

ORIENTADOR

Prof Dr. Eduardo Gomes Onofre

Campina Grande- PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G924p Guedes, Valéria Barbosa.
Perspectivas e desafios da educação inclusiva no ensino superior [manuscrito] : a trajetória de uma discente cega da Universidade Estadual da Paraíba / Valéria Barbosa Guedes. - 2014.
48 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação".

1. Deficiência visual 2. Inclusão escolar 3. Formação do professor. I. Título.

21. ed. CDD 371.911

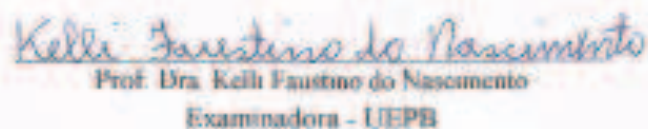
VALÉRIA BARBOSA GUEDES

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
SUPERIOR** a trajetória de uma discente cega da Universidade Estadual da Paraíba

Aprovada em: 12/12/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Edmar do Gomes Onofre
Orientador - UEPB


Prof. Dra. Kelli Faustino do Nascimento
Examinadora - UEPB


Prof. Esp. Nehemias Nasare Lourenço
Examinador - UEPB

Campina Grande - PB
2014

Dedico

Aos meus pais, José Guedes Sobrinho e Josefa Barbosa Guedes pela força que em mim depositaram e pelas palavras de consolo, que sempre me reergueram em momentos de tristeza e desespero. Através de seus esforços, me fizeram sempre acreditar que os sonhos podem se tornar realidade. Pois, era um sonho ingressar em uma universidade pública, hoje percebo que devemos ter persistência, para atingir nossos objetivos. Meus pais, obrigada por tudo. Amo vocês!

AGRADEÇO

Primeiramente agradeço a **Deus**, pela força que tem me concedido durante meu percurso acadêmico. Em seguida, agradeço a meus pais, **José Guedes Sobrinho** e **Josefa Barbosa Guedes**, por todo apoio e amor que me concederam.

Aos meus irmãos, **Walter Barbosa Guedes**, **Wandson Barbosa Guedes** e **Valbene Barbosa Guedes** que, mesmo com as dificuldades, permanecemos sempre unidos, demonstrando que é através da união que uma grande força surge em busca de soluções.

Aos meus avós maternos, **Manuel de Souza** e **Maria da Conceição** que sempre me forneceram carinho e amor nos momentos difíceis.

A meu noivo, **Romildo Pedro da Silva**, que sempre me fornece momentos de alegrias.

Ao professor e orientador, Eduardo Gomes Onofre, que sempre teve paciência em me orientar durante toda a construção deste TCC.

A **Nehemias Nasaré Lourenço** e **Kelli Faustino do Nascimento**, por fazer parte da minha banca examinadora.

A todas as pessoas que contribuíram na minha trajetória, o meu muito obrigado!

RESUMO

Entende-se que a deficiência visual deve ser analisada e compreendida para que o professor em sala de aula saiba ajudar seu aluno, contribuindo para que ocorra uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento de suas habilidades. O presente trabalho tem como objetivo de enfatizar sobre as dificuldades apresentadas pela aluna deficiente visual da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) durante seu percurso escolar e acadêmico. Como material metodológico, utilizou-se uma entrevista semi-estruturada e a observação participante. Além disso, a presente pesquisa é de cunho qualitativo. A entrevista foi aplicada em maio de 2014 e a observação participante ocorreu durante o período de 2011.1 a 2012.1. Os resultados indicaram que a falta de preparação, ou seja, de capacitação do professor interferiu negativamente no processo de escolarização da aluna entrevistada. Desse modo, além da falta de capacitação do professor, houve o desinteresse dos pais da aluna deficiente visual com seus estudos. Sendo assim, a respectiva aluna sofreu a exclusão escolar, motivo que à levou a desistir de estudar durante a educação infantil. Por isto, houve seu ingresso tardio na escola dificultando seu percurso estudantil. Apesar das dificuldades enfrentadas pela discente, ela conseguiu ingressar novamente na escola, mas, desta vez foi direcionada para o Instituto dos Cegos localizada na cidade de Campina Grande – PB. Esta instituição possibilitou recursos e métodos adequados a sua deficiência. Logo após, ela estudou na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por fim, conseguiu terminar o ensino básico e ingressar no ensino superior. Portanto, conclui-se que considera-se relevante um ensino inclusivo, com a participação da instituição escolar e familiar para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver intelectualmente e socialmente e fisicamente, com isso, apresentando subsídios que facilitem suas interações com o meio social.

Palavras-Chaves: Deficiência Visual. Inclusão escolar. Formação de Professor.

ABSTRACT

Considering that blindness must be analyzed and understood so that teachers can help their students in the classroom, and contribute to a meaningful learning process and to the development of their skills, this paper aims at analyzing the difficulties faced by a blind student from Paraiba State University (UEPB) during her school and academic years. As methodological material, we used a semi-structured interview and the observation of the participant. This research is a qualitative one. The interview was made in May of 2014, and the observation of the participant occurred between the first semester of 2011 (2011.1) and 2012 (2012.1). The results indicated that the lack of preparation in teacher education and the lack of interest of her parents were the main obstacles to the blind student's development. Such difficulties made the participant quit studying in elementary school, which led to a late entry to school, and consequently hindered her academic progress. Despite the difficulties faced by the student, she managed to return to school, this time to the Institute of the Blind, located in the city of Campina Grande - PB. This institution provided resources and appropriate teaching/learning methods for her disability. Later on, she studied in the Adults and Young Adults Education System (EJA). Finally, she managed to finish basic education and enter higher education. Hence, we conclude that inclusive education is considered relevant, with the involvement of the school and the family, so that people with disabilities can develop intellectually, socially, and physically, therefore providing them with aids to facilitate their interaction with the social environment.

Keywords: Blindness. Inclusive education. Teacher education.

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1 Impressora Braille (UEPB).....	19
Figura 2 Instituto Benjamin Constant.....	30

LISTA DE SIGLAS

EJA- Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

OP - Observação Participante

PNE - Plano Nacional de Educação

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 DEFICIÊNCIA VISUAL : DELIMITANDO A TEMÁTICA.....	13
2.1 O BRAILLE.....	18
2.2 MATERIAL PEDAGÓGICO TÁTIL.....	20
2.3 SISTEMAS SONOROS OU LEDORES DE TELA.....	22
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM BREVE PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO E NA LEGISLAÇÃO.....	25
3.1. A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR.....	30
4 METODOLOGIA.....	34
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	36
5.1 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.....	36
5.2 (NÃO) INTERVENÇÃO DA FAMÍLIA	38
5.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.....	39
5. 4. NOÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	41
5.5 RECOMENDAÇÕES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	43
5.6 AS ANOTAÇÕES DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	45
5.7 DIFICULDADE DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	46
5.8 DIFICULDADE NA ORALIDADE.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	48

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, discutiremos as dificuldades que uma aluna cega, inserida no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), encontrou durante o seu percurso escolar e acadêmico. Assim, procuraremos compreender os obstáculos enfrentados por essa estudante cega durante o seu processo de escolarização na escola especial e regular, assim como na universidade.

Abordaremos, também, as interações estabelecidas na escola regular pela mencionada aluna, especificadamente com os professores. Muitos alunos com deficiência visual não são compreendidos pelos docentes. Esses profissionais, muitas vezes não recebem uma capacitação para saber interagir com crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

O motivo para a investigação do processo de escolarização e acadêmico da deficiente visual surgiu a partir da curiosidade em saber as causas de tanta dificuldade na oralidade e interpretação de textos, durante o cotidiano acadêmico. Com isso, foram levantadas as seguintes questões: Será que a instituição escolar na qual ela estudou, era realmente inclusiva? Os professores e familiares da referida aluna incentivaram durante seu percurso escolar? A deficiência interferiu de alguma maneira na sua aprendizagem?

Dessa forma, iremos enfatizar por que o processo de inclusão é importante para o percurso da vida estudantil, considerando que é a partir dele, que são estabelecidos caminhos que direcionam o processo de aprendizagem. Assim, o objetivo central do presente estudo foi investigar as dificuldades escolares que uma estudante cega encontrou durante o seu percurso escolar e acadêmico.

Estruturamos nosso estudo em introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussões e, por fim, considerações finais. A fundamentação teórica está dividida em dois capítulos, o primeiro é nomeado “Deficiência Visual: delimitando a temática” e o segundo, “Educação inclusiva: um breve percurso sócio-histórico e na legislação”.

A metodologia efetivou-se por meio de uma pesquisa qualitativa, uma entrevista por meio de um roteiro e a observação participante. A análise dos dados concretizou a partir das concepções de Bardin (1977). Os resultados e discussões são divididos em seis categorias: No Processo de escolarização; (Não) Intervenção da família; Dificuldades encontradas no processo de escolarização; Noção de Educação Inclusiva; Recomendações para o processo de Inclusão Escolar e; As anotações da observação participante. Por fim, as nossas reflexões finais elaboradas de acordo com nossas leituras ao longo da investigação e o discurso trazido pela jovem que participou da presente pesquisa.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL: DELIMITANDO A TEMÁTICA

A deficiência visual é causada pela perda total ou parcial da visão. As pessoas com deficiência visual para interagirem com o meio social, utilizam principalmente, o tato e a audição. Com esses sistemas sensoriais é que eles aprendem, se socializam, mostrando que a deficiência visual não os impede de estudar e de se socializar. Para Ochaita e Rosa (1995, p. 183):

A cegueira é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso a visão [...] a carência ou a séria diminuição da captação da informação, [...] potencializa a utilização dos outros sistemas sensoriais. Dois sentidos mostram-se, então, como especialmente importantes: o ouvido e o sistema háptico e, o tato por sua vez, é o sentido que permite ao cego o conhecimento sensorial dos objetos animado e inanimados que constituem o ambiente.

Desse modo, percebe-se como é importante para a pessoa com deficiência visual, o uso do tato e da audição. O tato, por exemplo, faz com que a partir do toque, os deficientes visuais possam encontrar objetos e sentirem por onde devem se locomover. A audição é bastante aguçada, pois, caso alguma pessoa se aproxime, a pessoa com deficiência visual ouvem os passos cada vez mais perto. Além disso, ao atravessar uma rua, ela também percebe se o barulho do carro está perto ou longe, possibilitando sua segurança ao cruzar uma rua. Para Bruno & Mota (2001, p. 33), a deficiência visual é:

É a perda total da visão até a ausência de projeção de luz. Do ponto de vista educacional, deve-se evitar o conceito de cegueira legal (acuidade visual igual ou menor que 20/200 ou campo visual inferior a 20° no menor olho), utilizada apenas para fins sociais, pois não revelam o potencial visual útil para execução de tarefas.

Além disso, a cegueira pode ser originada de algumas formas, entre elas a congênita ou adquirida. A congênita ocorre por alguma má formação, e, a adquirida, acontece por alguma doença que pode acarretar ao longo da vida do indivíduo. Bruno & Mota (2001, p. 40), enfatizam que:

Congênitas:

- Retinopatia da Prematuridade, grau III, IV, V, (por imaturidade da retina em virtude de parto prematuro ou por excesso de oxigênio na incubadora).
- Corioretinite por toxoplasmose na gestação.
- Catarata congênita (rubéola, infecções na gestação ou hereditária).

- Glaucoma congênito (hereditário ou por infecções).
- Atrofia óptica por problema de parto (hipoxia, anoxia ou infecções perinatais).
- Degenerações retinianas (Síndrome de Leber, doenças hereditárias ou diabetes).
- Deficiência visual cortical (encefalopatias, alteração de sistema nervoso central ou convulsões).

Adquiridas: Por doenças como diabetes, descolamento de retina, glaucoma, catarata, degeneração senil e traumas oculares.

Sendo assim, com a ajuda de outros órgãos sensoriais, como a audição e o tato a pessoa com deficiência visual não se encontra impedida de estudar e/ou realizar outras atividades. Embora, sua aprendizagem seja um pouco mais lenta, o deficiente visual consegue se adaptar ao meio social e agir sobre ele. Diante do exposto, a deficiência visual, suas causas, desenvolvimento e relações sociais, são sintetizados por Mosquera (2010, p. 45-46), quando afirma que:

As causas da deficiência visual são variadas e podem ocorrer desde antes do nascimento, durante o parto ou durante o crescimento do indivíduo. Independentemente da causa da deficiência, a criança pode perder totalmente a visão ou mesmo crescer com algum resíduo dela. Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta. O seu desenvolvimento não é muito diferente do daqueles que nascem com uma boa visão, mas sempre exigirá um acompanhamento especial. Se o diagnóstico for realizado corretamente, principalmente na criança, as primeiras providências devem ser tomadas o mais rápido possível. Quando isso acontece, constitui-se no que chamamos de *estimulação precoce*. Esse procedimento envolve a família, especialistas, médicos e todas as pessoas envolvidas na criação da criança.

A deficiência visual, segundo Mosquera (2010), acontece por vários motivos cabendo a família ou responsáveis, estarem atentos ao desenvolvimento da criança, focalizando principalmente em seu bem estar, ou seja, na sua saúde, Pois, a perda da visão, pode ocasionar aspectos negativos, como a não aceitação da ausência da visão, interferindo no seu desenvolvimento. Isso acontece muitas vezes, porque as famílias não preparam a criança e não as ensinam a lidarem com a deficiência desde cedo.

Porém, para que isso não aconteça é necessário que a criança com deficiência visual, tenha familiares, amigos e profissionais que lhes forneçam subsídios capazes de promover seu progresso enquanto ser social. Desse modo, Gil (2000, p. 7), enfatiza a importância da visão, dizendo que “a visão é o canal mais importante de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior. Tal como a audição, ela capta registros próximos ou distantes e permite organizar, no nível cerebral, as informações trazidas pelos outros órgãos dos sentidos”.

Embora a visão seja considerada tão importante para a autora supracitada, as pessoas com deficiência visual, sem a visão, conseguem aprender, socializar-se e se desenvolver. Esses direitos de aprendizagem e conseqüentemente o direito a educação foram assegurados através de uma conferência ocorrida com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), surge a Declaração de Salamanca (1994), pontuando que:

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Pode-se afirmar que, desde cedo toda criança tem direito a frequentar uma escola regular, não importando se a criança possui algum tipo de deficiência ou não. A declaração de Salamanca (1994) vem assegurando o acesso e o direito das crianças. Pensando na grande influência dessa declaração principalmente para a educação das pessoas com algum tipo de deficiência, Ainscow (2009, p. 12), afirma que:

[...] Sem dúvida, o documento internacional mais significativo que já apareceu na área de educação especial, a Declaração de Salamanca defende que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem “o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos”.

Para estimular ainda mais a criança cega no seu processo de aprendizagem e na sua relação com o mundo, é importante que desde pequena tenha contato com objetos que lhe forneçam conhecimento e aptidões. Nessa concepção, Portela & Almeida (2009, p. 150) analisam que:

A relação da criança com os objetos do conhecimento está mediatizada pelas relações que estabelece com os adultos ou com outras crianças; só em seguida é que essas relações estarão mediatizadas pelos conhecimentos próprios, ou seja, pelas representações mentais que se estruturam e reestruturam durante o processo de apropriação da cultura.

Logo, para que ocorra um desenvolvimento escolar e social significativo, entende a relevância da relação social entre indivíduos e principalmente familiares é de suma importância, pois, há uma troca de informações, diálogos, que possam ser úteis, motivando o estudante a ir em frente nos estudos. Pois, pelo motivo de terem a deficiência, necessitam de mais atenção e apoio. Dessa forma, Barbosa (2003, p. 83) afirma que:

À teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras, sendo que as ações de um conjunto de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, [...].

Portanto, é relevante que a família e a escola, saibam da importância das relações sociais para as crianças porque é através dessa socialização que o indivíduo vai se conhecendo e despertando curiosidades e, com isso, ele vai à busca de conhecimento e conseqüentemente de novos horizontes, que possam ajudar-lhe no processo de ensino aprendizagem. Nessa perspectiva, Gil (2000, p. 52) esboça que:

A integração da criança portadora de deficiência visual não acontece apenas na sala de aula; é desejável que ela aconteça na família, nos ambientes sociais, religiosos e de lazer. Mesmo que não estude em uma sala comum, a criança precisa estar integrada ao ambiente social em que vive – na praça, no parquinho, na festa de aniversário, na igreja, na lanchonete...

Nesse ponto de vista, o contato da família auxilia a pessoa com deficiência visual, no desenvolvimento de suas habilidades e de sua auto-estima, facilitando ainda mais suas relações com o meio social. Além da família é importante que o professor saiba ajudar seu aluno, auxiliando em suas dificuldades, proporcionando uma aprendizagem cada vez melhor. Para maior esclarecer o que foi dito, Sá, Campos & Silva (2007, p. 18), apontam que:

Na escola, os professores costumam confundir ou interpretar erroneamente algumas atitudes e condutas de alunos com baixa visão que oscilam entre o ver e o não ver. Esses alunos manifestam algumas dificuldades de percepção em determinadas circunstâncias tais como: objetos situados em ambientes mal iluminados, ambiente muito claro ou ensolarado, objetos ou materiais que não proporcionam contraste, objetos e seres em movimento, visão de profundidade, percepção de formas complexas, representação de objetos tridimensionais, e tipos impressos ou figuras não condizentes com o potencial da visão.

Sendo assim, o aluno com deficiência visual que não tem um atendimento especializado provavelmente irá se sentir excluído, não tendo tanta motivação para seguir adiante nos estudos. Afinal, a deficiência visual não afeta a aprendizagem do aluno, cabe apenas a ele se esforçar. Desse modo, é importante que, em conjunto, professores e familiares

contribuam para que o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual aconteça, pensando nisso Sá, Campos & Silva (2007, p. 21) enfatizam que, “a falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação”.

Pensando nisso, considera-se relevante o conhecimento que a família tem que ter, para incluir o aluno com deficiência visual no contexto social, escolar e familiar. Agindo assim, possibilitará a pessoa com deficiência conhecer o local que se encontra inserindo, explorando outros, facilitando a interação com o meio, realizando suas atividades e desenvolvendo suas habilidades.

2.1 O BRAILLE

As pessoas videntes se utilizam do lápis para escreverem, as pessoas com deficiência visual utilizam-se do sistema de escrita e leitura Braille não apenas para aprenderem a ler, mas também a escrever. Segundo Sá, Campos & Silva (2007, p. 22) esse método foi:

Criado por Louis Braille, em 1825, na França, o sistema Braille conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A combinação dos pontos é obtida pela disposição de seis pontos básicos, organizados espacialmente em duas colunas verticais com três pontos à direita e três à esquerda de uma cela básica denominada cela Braille.

Esse método é utilizado nos institutos de educação especial para as pessoas com deficiência visual, ajudar o aluno cego a desenvolver o hábito pela leitura e a escrita, além de facilitar a realização de atividades propostas em sala de aula pelo professor. É uma forma diferente de aprender, e muito significativa para os deficientes visuais. Silva (2009, p. 178), aborda que:

Com a invenção do Sistema Braille – sistema de leitura e escrita por meio de pontos em relevo – abriu-se às pessoas cegas as portas para a cultura, o acesso à educação, à profissionalização; surgiram finalmente mais possibilidades de participação efetiva na sociedade.

Nesse caso, o Braille surgiu para possibilitar a inserção da pessoa com deficiência no mundo, mais precisamente, originou-se como forma de socialização e comunicação entre as pessoas cegas e os videntes. Para maiores esclarecimentos sobre o mecanismo de escrita do

sistema Braille para os alunos com deficiência visual, Correa & Nicolaiewsky (2008 p. 231) explicam que:

As letras em Braille são formadas a partir da combinação de seis pontos que compõem o que é chamado de cela Braille. A cela é formada por duas colunas e três linhas de pontos. A localização dos pontos é dada de cima para baixo, primeiramente na coluna da esquerda e posteriormente na coluna da direita e são denominados respectivamente pontos números 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Diante do exposto, percebe-se como é delicado a formação das palavras, que acontece pela combinação de seis pontos, cada um deles com suas respectivas funcionalidades, contribuindo para o surgimento de palavras que servirão para alfabetizar a pessoa com deficiência visual. Quanto a alfabetização dos cegos, o Instituto Benjamin Constant (IBC) forneceu grande contribuição para a educação das pessoas com deficiência. De acordo com Bruno & Mota (2001, p. 27):

O Instituto Benjamin Constant (IBC) foi o primeiro educandário para cegos na América Latina e é a única Instituição Federal de ensino destinada a promover a educação das pessoas cegas e das portadoras de baixa visão no Brasil. Além de ter criado a primeira Imprensa Braille do País (1926), tem-se dedicado a capacitação de recursos humanos, a publicações científicas e a inserção de pessoas deficientes visuais no mercado de trabalho.

Nesse caso, percebe-se o grande passo que o Instituto Benjamin Constant, proporcionou aos deficientes visuais. Através dele, abriu-se um leque de possibilidades para que essas pessoas pudessem interagir com o mundo. Nessa perspectiva, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é uma das instituições de ensino superior que possui uma impressora em Braille que possibilita ao aluno com deficiência visual, a impressão de textos em Braille, promovendo a inclusão e uma educação significativa:



Imagem 1: Impressora em Braille da UEPB
Fonte: Arquivo Pessoal

2.2 MATERIAL PEDAGÓGICO TÁTIL

Para que ocorra a aprendizagem da pessoa com deficiência visual no contexto escolar, considera-se relevante o uso de materiais pedagógicos táteis que possibilitam o desenvolvimento motor e cognitivo. Desse modo, os professores para conseguir desenvolver essas habilidades em seus alunos com deficiência visual necessitam de recursos especializados, ou seja, materiais concretos, sensíveis ao tato do aluno.

Sendo assim, para atender a essas necessidades do aluno com deficiência visual, surgem materiais como o soroban, que, segundo Fernandes & Terezinha (2006, p. 17):

[...] foi um instrumento que a humanidade inventou no momento em que precisou efetuar cálculos mais complexos quando ainda não dispunha do cálculo escrito por meio dos algarismos indo-arábicos. Esboçado inicialmente a partir de sulcos na areia preenchidos por pedras, substituídos por uma tábua de argila e posteriormente com o uso de pedras furadas e dispostas em hastes de metal ou madeira, as quais podiam correr livremente ao longo dessas hastes conforme a realização do cálculo. (BRASIL 2006)

Verifica-se, então, a relevância do soroban para efetuar cálculos. Por se tratar de um material concreto, facilita o percurso matemático-estudantil da pessoa com deficiência visual. Contudo, o uso do soroban, apresenta características distintas, entre o uso do vidente e da pessoa com deficiência visual. No caso do vidente, além de elaborar estruturas mentais ao fazer um cálculo, terá a visão como aliada, o que facilita o processo de contagem chegando, assim, a um resultado final mais rápido. A pessoa com deficiência visual terá as estruturas mentais e o tato para conseguir efetivar com precisão o cálculo atribuído pelo professor. Diante do exposto, Fernandes & Terezinha (2006, p.17), afirmam que:

[...] os escritos do professor Fukutaro Kato, principal divulgador do soroban no Brasil, disseminador das técnicas e das estratégias para seu uso, reconhecidamente, um árduo defensor da preservação do soroban no âmbito educacional, como uma ferramenta capaz de contribuir para o desenvolvimento das estruturas mentais. (BRASIL, 2006)

Portanto, o soroban é bastante utilizado na área da matemática, contribuindo para o desenvolvimento do aluno em diversas modalidades. Desse modo, Fernandes & Terezinha (2006, p. 29) informam que:

O soroban, aparelho utilizado por pessoas cegas e com baixa visão na efetuação de operações matemáticas, tem sido temática em diversos manuais direcionados a

usuários e professores. As abordagens, em geral, descrevem este aparelho, seu manejo, metodologias empregadas em sua utilização, além de listas de exercícios práticos. O redimensionamento pelo qual passa o ensino da Matemática, o repensar de práticas pedagógicas que privilegiam o uso do raciocínio convergente e linear na maioria das escolas brasileiras, tem influenciado estudiosos que atuam no ensino dessa disciplina para pessoas com deficiência visual e em particular no ensino do soroban. BRASIL (2006)

Assim, além do soroban auxiliar as pessoas com deficiência visual, no desenvolvimento cognitivo e motor, existe outros recursos que possibilitam outros tipos de habilidades, entre eles, o Multiplano. Esse recurso surgiu a partir da necessidade de um professor de Matemática que entre 40 alunos um era deficiente visual. Para que ele conseguisse ajudar o aluno com a matemática, resolveu criar um recurso que fizesse com que ele acompanhasse as aulas que ministrava sem dificuldade. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) (2010):

O Multiplano é fruto de uma necessidade que se fez presente na escola, criado como alternativa diferenciada e inovadora no processo ensino-aprendizagem direcionado à efetivação da educação inclusiva e visa à apropriação do conhecimento pelo educando enquanto sujeito de sua própria história no desenvolvimento psicológico, social, político e cultural.

Dentre várias tentativas, a confecção do Multiplano conseguiu melhorar o desempenho do aluno com deficiência visual, pois, trata-se de um recurso didático pedagógico tátil, que facilita o desenvolvimento motor e cognitivo do aluno deficiente visual. Mas, para o melhor manuseio do material, o sistema Braille auxilia o aluno, pois o mesmo apresenta gravado nas peças de manuseio, palavras e números em Braille que facilitam a localização do aluno ao executar sua tarefa. Pensando nisso, o MCTI (2010) aborda que:

O Multiplano é composto de várias peças com finalidades especiais e intencionais, é um material pedagógico que permite ao estudante perceber o sentido das operações matemáticas, pelo fato de sua percepção ser decorrente do tato, garantindo dessa forma, o acesso a todos os educandos. Consiste, basicamente, em uma placa perfurada de linhas e colunas perpendiculares que possibilitam a realização de diversas atividades matemáticas, das mais simples às mais complexas.

Portanto, considera-se que o uso do Multiplano, favorece a aprendizagem do aluno com deficiência visual na realização de suas tarefas escolares. Além disso, esse recurso foi criação de um professor preocupado com a aprendizagem de seu aluno. Logo, percebe-se como é importante a relação positiva entre professor e aluno no processo de ensino-aprendizagem.

2.3 SISTEMAS SONOROS OU LEDORES DE TELA

Os sistemas sonoros ou leitores de tela são softwares utilizados em computadores que facilitam o manuseio por parte de pessoas com deficiência visual. Esses sistemas orientam a pessoa com deficiência visual, através da fala e indicam o local em que a seta do mouse encontra-se localizada. Sá, Campos & Silva (2007, p. 50), esboçam detalhadamente sobre os sistemas supracitados:

Os leitores de tela são programas com voz sintetizada, reproduzida através de auto-falantes, para transmitir oralmente a informação visual projetada na tela do computador. São desenvolvidos a partir de certos parâmetros e normas de acessibilidade que permitem a utilização dos diversos aplicativos e uma navegação amigável no ambiente Windows. Esses programas possibilitam a edição de textos, a leitura sonora de livros digitalizados, o uso do correio eletrônico, a participação em chats, a navegação na internet, a transferência de arquivos e quase todas as aplicações possíveis e viáveis para qualquer usuário. A diferença está no modo de navegação que se dá por meio das teclas de atalho e dos comandos de teclado. A tecla “TAB” é utilizada para navegar somente em links e, assim, percorrer de forma ágil o conteúdo da página e acessar o link desejado mais rapidamente. [...]

Os sistemas mais utilizados são o Dosvox, Jaws e o Visual Vision. Eles têm basicamente a mesma funcionalidade, proporcionar a interação e aprendizagem para as pessoas com deficiência visual.

O Dosvox é um sistema que possibilita informações às pessoas com deficiência visual, promovendo sons, desde o ligamento do computador. Situando o usuário e fornecendo informações precisas sobre o que se deseja fazer no momento. Esse sistema foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desse modo, Sá, Campos & Silva (2007, p. 33) afirmam que “[...] sistema operacional desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, chat e jogos interativos [...]”.

O sistema Jaws, tem a facilidade de ajudar as pessoas com deficiência visual a manusearem o computador, criando pastas, e facilitando o armazenamento de documentos. Com esse software os cegos, conseguem realizar suas atividades assim como as pessoas videntes. De acordo com Sá, Campos & Silva (2007, p.34), o Jaws é um:

[...] software desenvolvido nos Estados Unidos e mundialmente conhecido como o leitor de tela mais completo e avançado. Possui uma ampla gama de recursos e ferramentas com tradução para diversos idiomas, inclusive para o português. No Brasil, não há alternativa de subvenção ou distribuição gratuita do Jaws, que é o mais caro entre os leitores de tela existentes no momento [...].

Por conseguinte, o uso dessas tecnologias dispensa ajuda de outras pessoas, pois através dos sistemas sonoros, vão se localizando e efetuando o que desejam fazer. O Visual Vision é outro programa, que tem como principal função a de apresentar meios de visualizações na tela do computador possibilitando, assim, aos alunos com baixa visão fazerem a leitura no computador.

Desse modo, o Visual Vision, apresenta uma ferramenta que aumenta o tamanho da fonte, com o intuito de fornecer uma melhor visualização do que se pretende ver e ler na tela de computador. Sobre esse sistema, Sá, Campos & Silva (2007, p. 33) afirmam que, “[...] é um software brasileiro desenvolvido pela Micropower, em São Paulo, concebido para operar com os utilitários e as ferramentas do ambiente Windows. É distribuído gratuitamente pela Fundação Bradesco e Banco Real para usuários cegos [...]”.

Então, considera-se a relevância de todos esses recursos mencionados para as pessoas com deficiência visual se inserirem no contexto social e escolar. Desse modo, os recursos que são fornecidos para as pessoas deficientes visuais, facilitam o aumento de suas habilidades, promovendo aprendizagens significativas.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM BREVE PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO E NA LEGISLAÇÃO.

A educação especial deve ser considerada um aspecto muito importante para as crianças desde cedo. Para as pessoas com alguma deficiência, a educação especial é uma aliada para o ingresso em um espaço de possibilidades. Nesse caso, Ainscow (2009, p. 12), afirma que:

O desenvolvimento da educação especial envolveu uma série de estágios durante os quais os sistemas de educação exploram diferentes formas de responder a crianças com deficiências e a outras que têm dificuldades de aprendizagem. A educação especial foi oferecida, por vezes, como complemento à educação geral e em outros casos foi totalmente segregada.

Esse tipo de educação favorece a inserção da pessoa com alguma deficiência, para um ambiente que se adeque as suas necessidades e facilite o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Nesse caso, a educação especial, busca atender e ajudar pessoas com algum tipo de deficiência e todos aqueles que vivenciam o processo de exclusão escolar. Nesse sentido, devemos compreender a educação especial como uma aliada da educação inclusiva. As escolas especiais podem ser uma grande parceira da escola regular. Por

exemplo, os institutos de educação para pessoas com deficiência visual é um local onde elas podem aprender a ler e escrever.

A educação especial remete-se a educação inclusiva, pois esta é capaz de incluir na sala de aula, pessoas que foram excluídas. Sobre a educação inclusiva, Ferreira (2006, p. 218), enfatiza que:

Foi exatamente no contexto efervescente do final do século XX e de promessas no novo milênio, que a educação inclusiva nasceu em 1994 como alternativa voltada para a defesa e a promoção dos direitos dos grupos vulneráveis historicamente excluídos dos sistemas educacionais. [...] A consolidação do movimento pela inclusão como possibilidade de combater a exclusão e, ao mesmo tempo, responder às especificidades educacionais dos grupos desfavorecidos faz sentido social, político e econômico [...].

O surgimento da inclusão atribui um novo olhar, uma nova metodologia, uma nova prática na educação que é voltada para outro público, ou seja, as pessoas com deficiência. A educação inclusiva tem como uma das finalidades a inserção de crianças e/ou jovens com alguma deficiência na escola regular. Esse uso da educação foi baseado na Declaração de Salamanca (1994). Ainda de acordo com, Ferreira (2006, p. 219):

[...] Especificadamente com relação à educação inclusiva, talvez a principal implicação trazida pela introdução da “idéia” de inclusão no cenário da rede de ensino pública brasileira tenha sido o temor dos educadores, gestores, professoras e pais de crianças sem necessidades educacionais especiais de ser obrigados a aceitar crianças com deficiência em suas escolas.

Nesse caso, torna-se um desafio para todos que não estavam habituados a lidarem com algum tipo de deficiência, pois precisam ter informações e conhecimentos a respeito da deficiência visual para poderem lidar e interagir com a deficiência. Mas, a partir de um direito que foi atribuído às pessoas com deficiência é que se começa a ter oportunidade de se desenvolver e de mostrar que a deficiência não os impede de aprender. É importante que o professor juntamente com a gestão escolar saibam ajudar seu aluno, auxiliando em suas dificuldades, proporcionando condições para que aprenda cada vez mais e melhor. Em muitas situações vivenciadas no contexto escolar vêm acontecendo posturas inadequadas de professores, o que favorece a exclusão do aluno com alguma deficiência. Para maiores esclarecimentos, Sá, Campos & Silva (2007, p. 18), apontam que:

Na escola, os professores costumam confundir ou interpretar erroneamente algumas atitudes e condutas de alunos com baixa visão que oscilam entre o ver e o não ver. Esses alunos manifestam algumas dificuldades de percepção em determinadas circunstâncias tais como: objetos situados em ambientes mal iluminados, ambiente muito claro ou ensolarado, objetos ou materiais que não proporcionam contraste, objetos e seres em movimento, visão de profundidade, percepção de formas

complexas, representação de objetos tridimensionais, e tipos impressos ou figuras não condizentes com o potencial da visão.

Nesse caso, verifica-se que, caso houver algum aluno com uma deficiência em uma sala de aula, o método/didática do professor, não deverá ser aplicada a todos por igual. Pois, atitudes como essa gera a exclusão. Necessita-se da realização de atividades que se adéquem a deficiência do aluno. Sendo assim, o aluno com deficiência visual que não tem um atendimento especializado provavelmente irá se sentir excluído. Persistindo a exclusão, provavelmente o aluno não terá tanta motivação para seguir adiante nos estudos. Para que de fato ocorra o ensino e a aprendizagem, Silva (2009, p. 193) faz menção a essa relação e enfatizando que:

[...] a unidade entre o ensino e a aprendizagem que tende a ocorrer quando, de um lado, o professor tem claros determinados objetivos e apresenta o conhecimento sistematizado através de métodos apropriados; de outro, quando o aluno é capaz de compreendê-los e aplicá-los com consciência e autonomia, [...].

Nesse caso, o professor tem que utilizar atividades e métodos considerados significativos para que seus alunos consigam compreender atividades, e realizá-las com eficiência em seu dia a dia. Inclusive, uma atividade bem planejada pelo professor, possibilita o interesse e motivação do aluno na realização de suas atividades. Mas, para que realmente aconteça a inclusão nas escolas é necessário, segundo Sánchez (2009, p. 100), “[...] mudar as organizações das escolas, a utilização e distribuição tanto dos recursos pessoais como dos materiais, que geralmente estão organizados para manter o próprio *status quo*, em vez de apoiarem novas formas de desenvolvimento profissional”.

Sendo assim, a inclusão que deve sempre estar enraizadas nas escolas, em muitas delas não acontecem. Isso faz com que a exclusão esteja cada vez mais presente na vida cotidiana do aluno com deficiência. Nessa linha de pensamento, Skliar (2006, p. 31), afirma que:

Afirma-se que a escola e os professores não estão preparados para receber os “estranhos”, os “anormais”, nas aulas. Não é verdade. Parece-me que ainda não existe nenhum consenso sobre o que significa “estar preparado” e, muito menos, acerca de como deveria se pensar a formação quanto às políticas de inclusão propostas em todo o mundo.

A inclusão torna-se algo muito delicado de se conviver, pois, trata-se de incluir e excluir um ser humano que possui igualdade de direitos que em algumas situações, lhes são negados. A inclusão, integra, acolhe e ajuda a pessoa com deficiência em alguns contextos,

especificadamente escolar. A inclusão, faz com que o aluno participe, interaja e cresça cognitivamente e adquirindo novas habilidades que promovam o aumento de sua inserção em outros contextos sociais. Contudo, a gestão escolar deve promover a inclusão, porque além de ser um dever da escola é direito do cidadão. Dessa forma, ao invés de apenas falarem que não estão preparados para receber um aluno com deficiência, Skliar (2006), enfatizou na citação supracitada, o contrário. Nessa perspectiva, Fernandes (2006, p.17), define como deve ser a escola inclusiva:

[...] é aquela que concebe e põe em prática um currículo que tenha como princípio o compromisso com a sólida formação integral do aluno, oferecendo-lhe instrumentos que lhe sirvam para proceder à análise e à reflexão crítica acerca da realidade em que se insere, contribuindo para a superação de desigualdades sociais. É nessa escola que educadores comprometidos acreditam.

Para esse autor, o compromisso da gestão escolar, em promover a inclusão, é essencial para a efetivação dessa prática. Pois, não se concretiza nenhum trabalho ou atividade com êxito, sem que estejam de fato, querendo contribuir para uma sociedade, livre de preconceitos e desigualdades. Deve-se ter firmeza para promover uma educação cada vez mais inclusiva, que promova a inserção de pessoas com deficiência, contribuindo com o desenvolvimento escolar de todos os alunos e não apenas de alguns.

Dessa maneira, Fernandes (2006, p. 19), esboça que a escola deve, “[...] ser o espaço privilegiado para a ampliação das experiências culturais da criança, abrindo-lhe possibilidades de aprendizagens que não lhe são oferecidas, cotidianamente, em seu grupo social mais imediato”. Nesse caso, verifica-se como a escola deve ser considerada significativa para o aluno, preparando-o para interagir consigo e com os outros, enquanto sujeito individual e social.

Sobre a educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu capítulo V, aborda que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]. (BRASIL, 1996)

Mesmo com a promulgação da LDB de 1996, efetivando alguns direitos sobre a educação especial, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, ainda sofrem algumas resistências que segundo, Ferreira (2009, p. 39):

[...] o número de estudantes com deficiências aumentou no sistema de ensino brasileiro. Apesar disso, esses estudantes ainda enfrentam barreiras significativas tanto para serem matriculados nas escolas, como para serem aceitos pelas comunidades escolares e terem acesso a oportunidades para aprender conteúdos curriculares relevantes à sua formação humana e ao seu desenvolvimento escolar. [...]

A inclusão deve ser um processo contínuo, pois, as pessoas com deficiência ainda encontram diversos desafios que precisam ser enfrentados todos os dias, como preconceitos, desigualdades que geram a exclusão escolar e social. Os desafios são enormes, pois mesmo com a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB (1996), que asseguram o direito das crianças com deficiência estudarem em uma instituição regular e a educação especial, muitas escolas, professores e familiares, tendem a contribuir negativamente na inclusão das crianças, com deficiência no contexto escolar. Dessa forma, Ferreira, (2009, p. 38) afirma que:

O avanço na legislação deveria representar um avanço também na inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais, assim como – se considerados os textos legais – o acesso, permanência e o sucesso escolar de alunos e alunas com deficiência deveriam estar representados no panorama educacional atual.

Apesar da resistência de algumas pessoas com a inclusão, estamos avançando cada vez mais e mais. Pois, diferentemente de antigamente, quando as pessoas com alguma deficiência ainda não possuíam direitos sobre a educação, hoje em dia, esses direitos são oferecidos. Nas escolas, existem salas de recursos, para atenderem pessoas com diversos tipos de deficiência, como visual, mental, e/ou motora.

3.1 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR

A inclusão do deficiente visual no ensino regular se deu através do Instituto Benjamim Constant (IBC) no ano de 1942 quando foi editado a Revista Brasileira para Cegos. No ano seguinte, foi instalada uma impressora Braille para o uso dos alunos do Instituto. No ano de 1946, por meio da Portaria Ministerial nº 385, de 8 de junho, o curso ginásial mantido pelo IBC foi equiparado ao ensino comum podendo assim abrir portas para o ingressos de alunos

cegos no ensino regular. Em 1947, o IBC juntamente com a Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, teve início o Curso de Especialização na Didática para Cegos.



Imagem 2: IBC
Fonte: www.ibc.gov.br

Independentemente da fase de aprendizagem, o método aplicado pelas escolas é o sintético, aqueles em que as crianças criam uma síntese das letras que, são analisadas por eles uma por uma até chegar numa compreensão final. Diante disso, Mosquera (2010, p.84) nos explica o método sintético através de uma classificação:

[...] o método sintético pode ser classificado em alfabético, fônico e silábico. “O método fonético ou sintético tem por objetivo básico ensinar à criança o código ao quais nossos sons são convertidos em letras ou grafemas, ou vice-versa, separando inicialmente a leitura e o significado [...]”

O autor ainda expõe que, essas opções não interferem no aprendizado do aluno com deficiência visual e que o mais importante está na relação e na preocupação com o mesmo, identificando, por exemplo, quais e onde estão as suas maiores dificuldades. Pois, percebendo que, decifrar o Sistema Braille é uma decodificação perceptivo-tátil, sabe-se que, não garante a eles saber sobre os conceitos, interpretação que existe no processo de leitura. E para tanto, o que vale é a criatividade dos profissionais envolvidos nessa área Mosquera (2010, p. 84) enfatiza que:

Em lugar de evidenciar como e quando esses métodos serão adotados, o que importa nesse início de alfabetização de crianças cegas são a disposição e a criatividade do professor para entender as especificidades do grupo [...]. É necessário analisar alguns procedimentos pedagógicos para esse início de trabalho na alfabetização de crianças cegas:

- Evitar as linguagens ambíguas, sendo direto e claro nas suas explicações.
- Saber se o aluno está maduro psicomotoramente para executar as tarefas organizadas.
- O aluno cego deve sentar próximo do professor para evitar deslocamentos.
- Todas as atividades escolares devem ser compartilhadas com o aluno cego.
- O professor deve reconhecer se o aluno está motivado.

Mesmo com todos esses procedimentos sendo aplicado na escola inclusiva, o professor deve respeitar o tempo de assimilação e execução das suas tarefas, isso faz com que aumente o cuidado com os conteúdos direcionados aos alunos com deficiência e exija do profissional um acompanhamento especial, pois haverá alunos que são videntes e ansiosos. Sem esquecer-se de atribuir à velocidade de execução das tarefas dos mesmos são diferentes, deve os educadores respeitar o tempo, o que é um grande desafio lançado nas escolas inclusivas, principalmente aos profissionais que executam tal função diretamente aos deficientes visuais.

Mosquera (2010) nos orienta que o melhor a ser utilizado dentro da realidade dos alunos cego é aplicar a Teoria Sistêmica proposta em meados de 1950 por Ludwig Von Bertalanffy. Pois para compreender as mudanças comportamentais que ocorreu nas últimas décadas é preciso um esquema conceitual e metodológico que possa contemplar várias áreas do conhecimento. Tal teoria teria por enfoque o diálogo com os vários saberes da educação inclusiva, Mosquera (2010, p. 85) esboça que:

A TEORIA SISTÊMICA, ou enfoque multidisciplinar, é uma teoria que consegue dialogar com os diversos saberes da escola inclusiva. Essa abordagem de redes que não exige nenhuma hierarquia de saberes, enfrenta e tenta solucionar o fracionamento e a superespecialização do conhecimento [...] Essa ação facilita “as conversas” entre as diversas disciplinas da escola inclusiva, auxiliando também no encaminhamento para novos conhecimentos.

Segundo o autor supracitado, essa metodologia oferece conteúdos independentes da disciplina ofertada e que isso poderia facilitar a conversação entre as demais disciplinas oferecidas. O mesmo também nomeia tal ação de interdisciplinaridade, onde iria auxiliar no entendimento nas escolas inclusivas e assim fazer com que o aluno possa seguir novos aprendizados. Para tanto, as escolas inclusivas não podem oferecer somente conteúdos, deve também transmitir conhecimentos interessantes e diversificados que consigam atrair o interesse dos alunos com necessidades especiais.

Contudo, o interesse do profissional deve ser em total com as necessidades, com o ambiente, limitações e deficiência do aluno. Pois os professores inclusivos precisam se diferenciar, não querendo apenas que o aluno cego venha apenas a se submeter em aprovações das disciplinas afim de aprovações nas disciplinas como requisitas para evolução de seguir nas séries seguintes. Esses alunos devem estar sujeitos a interdisciplinaridade para reaproveitamento das suas limitações. Segundo Mosquera (2010, p. 87), “[...] Isso justifica a teoria sistêmica na escola inclusiva: a necessidade de compreender o aluno como um ‘todo’ e não apenas pela deficiência”. Não podemos ver apenas a deficiência, é importante lembrar que o aluno com necessidades especiais também pode fazer parte do ensino regular onde o todo o material tátil deve estar incluído para que os mesmos possam estar participando e interagindo naturalmente com os alunos sem deficiências.

4 METODOLOGIA

A pesquisa concretizou-se, por meio de pesquisa qualitativa que, segundo Malheiros (2011, p. 189) “[...] estão orientadas para identificar interpretações, formas de se relacionar com o mundo e com as demais pessoas para identificar o que há de comum e o que se diferencia”. Logo, identifica-se e/ou se compreende o desenvolvimento escolar e acadêmico dessa deficiente visual, através de observações, também, utiliza-se uma observação participante, pois a autora do presente trabalho interagiu com o aluno com deficiência visual aproximadamente há dois anos, pelo projeto de tutoria especial, na qual a auxiliava lendo texto, transcrevendo em Braille, entre outras funções.

Dessa forma, esse vínculo que estabeleceu com a aluna deficiente visual durante os dois anos, permitiu que se tivesse uma observação mais ampla sobre a sua vida estudantil, pois é visível as dificuldades apresentadas por essa discente desde o ingresso a universidade até o momento que se encontra estudando.

A Observação Participante (OP) foi realizada durante o período que a autora do presente estudo foi tutora da aluna participante da pesquisa no período 2011.1 a 2012.1. Durante esse período, foi construído um caderno de bordo onde a autora do presente estudo anotou toda a OP enfocando as suas dificuldades na interpretação de textos e na expressão oral.

Conseqüentemente, foi realizada uma entrevista com a respectiva aluna deficiente visual da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) do curso de Pedagogia 2011.2. Foi analisado, como foi e ainda é o cotidiano escolar e acadêmico dessa estudante, considerando as suas dificuldades.

A entrevista foi efetivada com a utilização de um roteiro, pois abordamos algumas perguntas que nos nortearam para confirmar as hipóteses que foram levantadas sobre determinados aspectos referentes à interferência da família nos seus estudos, enfatizando se teve motivação para estudar e fazer um vestibular, além de entender se foi a sua deficiência que interferiu na sua aprendizagem, entre outros aspectos. Em relação a esse tipo de entrevista, Malheiros (2011, p. 196), afirma que, “[...] são conduzidas com base em um roteiro previamente estabelecido que orienta o pesquisador sobre o que se deseja saber da pessoa ou do grupo que é entrevistado”. Sendo assim, esse modelo de entrevista é o ideal para ser feito, pois será uma orientação, para que possamos entrevistar com mais precisão, focalizando no que pretendemos entender.

Referente a análise dos dados, o presente estudo utiliza-se da análise de conteúdo fundamentando-se em Bardin (1997). Salienta-se que a análise dos conteúdos foi feita de maneira criteriosa, ou seja, considerando o que a aluna deficiente visual quis nos informar. Dessa forma, Bardin (1977, p. 45) enfatiza que, “[...] A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades *através* das mensagens”. Nessa perspectiva, procuramos entender e interpretar o que a entrevistada quis enfatizar na sua fala.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 NOÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva viabiliza o acesso de pessoas antes segregadas à escola regular. Desse modo, as pessoas começam a serem inseridas no ambiente escolar, que logo em seguida iniciam sua inserção em outros contextos, como o social. Sendo assim, Marian, Ferrari & Sekkel (2007, p. 641) apresentam aspectos relevantes sobre a educação inclusiva:

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990. Ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso, e deu visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação. Desde então, instalou-se um processo de profundas transformações no sistema educacional brasileiro, que teve, como desdobramento, mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação, todas elas norteadas pela idéia da educação inclusiva. No entanto, embora a legislação tenha se adequado aos objetivos da educação inclusiva, a maior parte de nossos alunos permanece em ambientes de ensino segregado.

Dessa forma, sabe-se como a inclusão escolar é fundamental para a pessoa com deficiência. Diante disso, a discente entrevistada mencionou que:

Seria necessário a capacitação de professores no método Braille, ou seja, se capacitarem em métodos que as pessoas com deficiências usam, como exemplo, o deficiente visual se utiliza do Braille, o surdo da LIBRAS. Então, os professores deveriam ser mais qualificados para nos atender.

Sem o Braille, o aluno com deficiência visual não consegue se alfabetizar. Quando alfabetizados, necessitam que os professores se adéquem ao seu método. Provavelmente a entrevistada, sente a falta do domínio da escrita Braille e menciona sua relevância para maior assistência acadêmica. Nessa perspectiva, considera-se relevante um método adequado interagir o aluno com as aulas que estão sendo ministradas pelo professor. Sendo assim, Brasil (2006, p. 9) enfatiza que:

As salas de aula, assim como os professores e os alunos designados a ela, são únicas. Um modelo ou uma prática que funcione em uma sala de aula não necessariamente servirá para uma outra. Similarmente, os variados componentes que operam dentro de uma sala de aula podem ter um impacto significativo nos resultados educacionais obtidos pelos alunos.

Sendo assim, compreende-se que a aula ministrada pelo professor deve ser sempre dinâmica, ofertando conteúdos e métodos diferenciados para os alunos com ou sem deficiência. Dessa forma, para os videntes uma aula sem métodos significativos fazem com que eles percam o foco. Em relação a deficiência visual, sem métodos adequados e diferenciados, o professor terá dificuldade em ministrar aula e ver resultados favoráveis que respondam aos conteúdos expostos para ele.

Desse modo, considera-se relevante a capacitação dos professores de acordo com a deficiência do aluno na sala de aula. Sendo assim, o professor para atender bem e com qualidade, necessitar estar totalmente preparado. Esta é a ideia de inclusão defendida pela aluna deficiente visual. Segundo Kibrit (2013, p. 287):

Como falar de inclusão sem tomar por seu aspecto negativo? Em geral fala-se mais da exclusão do que da inclusão, e essa vivência parece emergir de forma muito mais marcante em nossa sociedade. A questão inclusão/exclusão é amplamente discutida, tomada nos âmbitos social, econômico e político.

Noutros termos, existe a inclusão porque as pessoas com deficiência eram excluídas e segregadas e necessitavam de atendimento especializado para demonstrar suas capacidades. Realmente, não tem como remeter-se à inclusão sem mencionar a exclusão. Sendo assim, caso houvesse professores capacitados em sala de aula não haveria tanta exclusão escolar. Mas, nas escolas não são encontrados professores completamente capacitados.

Ainda assim, a inclusão está progredindo e possibilitando maior atendimento aos alunos com deficiência. Na UEPB, por exemplo, existe um programa que auxiliam as pessoas com deficiência visual, chamado de Tutoria Especial, que disponibiliza uma bolsa para quem se interessar em participar da seleção. O aluno com deficiência visual, através desse programa, tem acesso individualizado à leitura, impressão de textos em Braille, gravação de textos, entre outros. Diante disso, a UEPB disponibiliza uma sala de recursos multifuncionais que atende alguns alunos com cegueira, equipada com impressora em Braille e computadores com programas que auxiliam a aluna deficiente visual no seu manuseio.

Desse modo, percebe-se que a inclusão está acontecendo e progredindo, facilitando a aprendizagem dos alunos deficientes. A revista BRASIL (2006, p. 10), afirma que:

Enquanto a dinâmica da educação e as escolas estão mudando rapidamente, é da maior importância que todos os membros da comunidade, da sala de aula e da escola tenham disponível e reconheçam um sistema de sustentação. Ambos, alunos e professores precisam de apoio que possa lhes ajudar a realizar suas atividades diárias com sucesso. Frequentemente professores e alunos se sentem sozinhos e frustrados quando não sabem onde procurar ajuda.

Sabe-se que não se concretiza um objetivo sem ajuda de outras pessoas. A educação especial é uma construção social, que a todo instante, necessita de aprimoramentos e novas práticas educativas. A família em conjunto com a instituição escolar ao estabelecerem vínculos ajuda o aluno especial, no desenvolvimento de suas habilidades. Sozinhos, não se consegue realização. É necessária ajuda de terceiros, que contribuam com o percurso escolar e acadêmico de alunos com ou sem deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE), constata que o aluno especial tem direito de serem matriculados e estudarem na escola regular. Entretanto, precisaria de professores capacitados e instituições escolares acessíveis para se adequar à deficiência do aluno, viabilizando estratégias que possibilitem sua locomoção sem dificuldades no ambiente escolar.

5.2 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Em relação ao início do processo de escolarização da referida aluna com deficiência visual, ela informou que:

Ingressei na escola quando criança, mas não era matriculada. Fui motivo de chacota para meus colegas, por isso, desisti de estudar. Com quinze anos fui matriculada no Instituto dos Cegos aqui em Campina Grande e, minha relação com os colegas de sala era normal porque todos eram deficientes assim como eu. O professor também nos tratava bem.

Nota-se que a aluna deficiente visual começou a estudar muito tarde, devido à forma como foi tratada na escola regular. O professor não sabia lidar com uma pessoa com deficiência visual, ou seja, não era capacitado para atender pessoas com deficiência. Por esse motivo, não conseguia conter seus alunos, que por ventura, não tinham conhecimento sobre a deficiência visual e, conseqüentemente não sabiam respeitá-la. Dessa forma Dall'Acqua (2007, p.16) ressalta que:

Cada vez mais firma-se a noção e a necessidade de que sejam incorporados, junto às ações de formação continuada de professores, estejam eles atuando no ensino especial ou não, conteúdos para a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que favoreçam a compreensão das complexas situações de ensino, enfatizando especialmente atitudes de aceitação e respeito às diferenças individuais.

Compreende-se como a não preparação do professor influência direta no aprendizado do aluno com ou sem deficiência. No caso da entrevistada, conseguiu seguir adiante com seus estudos, mas não é o que acontece com a maioria das pessoas com deficiência. Mesmo assim,

seu ingresso em outra instituição, aconteceu quando ela estava cursando o primeiro ano do ensino médio. Desse modo, pode-se perceber como a discente foi prejudicada psicologicamente e cognitivamente pelo despreparo do professor da escola regular.

Seguindo essa linha de pensamento, torna-se relevante mencionar que o conhecimento sobre a deficiência visual que o professor deveria ter, mudaria atitudes errôneas em sala de aula, permitindo a propagação do respeito às diferenças existentes entre os alunos e com a sociedade. Dessa forma, a referida aluna deficiente visual não se sentiria excluída e diferente dos outros alunos. Pelo contrário, teria adquirido ânimo para continuar nos seus estudos. Mas, de acordo com a entrevistada não foi o que aconteceu.

Diante do exposto, considera-se a inclusão escolar, como forma de inserir o aluno deficiente em sala de aula regular, sem que ele esteja diante de rejeição, tanto por alunos quanto por professores. Nesse caso, é necessária uma articulação entre professor e aluno, conquanto viabiliza o entendimento e aceitação que se têm que ter com o outro. Silva (2006, p.430) enfatiza que “a discussão sobre as diferenças demanda uma concepção de igualdade para que se possa pensar a sua afirmação na sociedade. A igualdade pede mais que o simples reconhecimento do outro [...]”

Constata-se, subjetivamente, como a falta da inclusão escolar e do apoio da família, geraram a desmotivação da aluna, pois apenas aos quinze anos teve oportunidade de estudar novamente. Dessa vez, ingressou em uma instituição que permite que o aluno se desenvolva com recursos apropriados para sua deficiência. Na sua fala, a aluna deficiente visual esboça como ela se sentia bem, estando em um local onde todos tinham a mesma deficiência.

As escolas especiais permitem que o aluno não se sinta excluído e nem diferente das demais pessoas. Pelo contrário, existe a inclusão dos alunos que foram rejeitados e que se sentiram inferior aos demais alunos das escolas regulares. Verifica-se o bem estar que a discente esboçou em estar estudando e ao mesmo tempo não se sentir diferente das demais pessoas existentes no Instituto dos Cegos.

Nessa perspectiva, pode-se ainda enfatizar, que os professores do Instituto dos Cegos, têm preparação para atender o aluno com deficiência visual. Salientamos que, os professores da escola regular, não são impedidos de possuírem conhecimentos específicos sobre a deficiência de seus alunos. Ao invés de excluir o aluno, devem procurar informações, capacitarem-se para melhor atender o aluno com deficiência visual e, não excluí-lo de sala de aula, como se o aluno fosse incapaz de aprender e se desenvolver intelectualmente, fisicamente e socialmente.

5.3 (NÃO) INTERVENÇÃO DA FAMÍLIA

Considera-se muito importante o apoio da família no processo de escolarização do aluno com ou sem deficiência. Nessa perspectiva, o papel da família em incentivar o aluno nos estudos, possibilita aspectos positivos, entre eles, a autonomia para realizar suas atividades sem intervenções de outra pessoa e auto-estima, que levará o aluno a conseguir alcançar seus objetivos. Mas, não foi o que aconteceu com a aluna deficiente visual, pois afirma que:

Não tive incentivo de meus pais, apenas da minha avó materna para estudar. Acredito que meus pais pensavam que não aprenderia nada na escola porque sou cega.

Dessa forma, além da aluna deficiente visual ter sofrido a exclusão escolar tanto de professores quanto dos colegas de sala, também não teve o apoio completo da família, apenas de sua avó materna. Pelo desinteresse da família em querer que ela não estudasse, seus pais não se preocuparam em transferi-la de escola e nem procuraram saber o motivo de sua desistência.

O conhecimento que a família teria que ter sobre a deficiência visual teria possibilitado subsídios para incentivar a inserção da discente entrevistada na escola regular desde cedo. Verifica-se a falta de interesse dos pais da discente em procurar informações a respeito da deficiência visual, pois, mesmo que a entrevistada não enxergue, ela consegue se locomover, conversar, socializar-se, aprender e desenvolver-se intelectualmente. Além disso, a gestão escolar tem o papel de apresentar recursos que permitam o desenvolvimento escolar do aluno deficiente visual. Sobre isso Montilha et al. (2006, p. 208) ressaltam que:

Os profissionais que atuam na reabilitação e educação de indivíduos deficientes visuais necessitam deter conhecimentos sobre as limitações desses indivíduos bem como sobre o sistema de ensino e reabilitação vigentes. A escola e a reabilitação devem caminhar juntas, suprimindo as reais dificuldades da criança, do adolescente e do adulto portador de deficiência visual.

Diante do que foi exposto pela aluna deficiente visual, o seu contato com o Instituto dos Cegos, possibilitou grande desenvolvimento de suas habilidades, visto que, disponibilizou recursos que facilitaram seu desempenho enquanto aluna. Como exemplo, o contato com o Braille, sistema de escrita desenvolvido para as pessoas deficientes visuais e com baixa visão.

Em suma, caso a discente tivesse tido o apoio da família, provavelmente não teria desistido de estudar, ingressando com uma idade avançada em outra instituição. Com o apoio da família, possivelmente ela teria terminado os estudos sem constrangimentos e sem sofrer a exclusão escolar.

5.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Ao longo do processo de escolarização do aluno, sempre se têm momentos tensos em sala de aula, seja com alunos e/ou professores, ou seja, é comum que aconteça algumas frustrações nesse período. Sobre as dificuldades que a discente teve e ainda têm desde o momento que ingressou na escola regular e até hoje na universidade, ela enfatizou que:

No começo quando estudei não tive dificuldade, porque fiz até a 4ª série no instituto dos cegos, então, não tinha barreira, pois estudei como método Braille. Hoje encontro algumas barreiras, principalmente pela falta de capacitação de professores. Isso acontece muito no método que eles utilizam para me avaliarem, porque as vezes alguns professores vêm até mim perguntar como eles devem fazer atividades e provas comigo. Há outros professores que realizam prova oral. Além disso, não tenho um tempo especial para realizar a prova.

Percebe-se nessa assertiva que, há referência ao método Braille. A discente teve contato com o Braille porque frequentou o Instituto dos Cegos. Dessa forma, compreende-se que a discente, no momento que esteve na escola regular, não foi oferecido esse método e nem outro que facilitasse o desenvolvimento de sua aprendizagem em sala de aula. Provavelmente, devido à falta de formação continuada de professores e orientação da gestão escolar. Por este motivo, o educando deficiente visual não consegue se desenvolver, sem o atendimento especial e sem metodologias adequadas a sua deficiência. Pensando nisso, é importante mencionar algumas sugestões para o professor perante o aluno deficiente visual, Mosquera (2010, p.132) salienta que o professor:

- Lembre-se de que a velocidade de aprendizagem é menor, mas nem por isso o conteúdo programático pode ser esquecido.
- Se o aluno ainda não usar nenhum material aumentativo, faça com que seus pais conheçam os produtos disponíveis no mercado. [...]

Portanto, considera-se relevante mencionar sobre a ausência de materiais didáticos-pedagógicos no contexto escolar, que facilitem a aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Visto que, mesmo com o ingresso tardio da discente na instituição escolar especial, ela conseguiu se desenvolver com recursos apropriados a sua deficiência. Sendo assim, os

recursos que a discente utilizou no instituto, deveria ser basicamente os mesmos utilizados na escola regular.

Constata-se a relevância de recursos para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência visual. Diante dos recursos, atualmente nas escolas regulares possuem materiais didáticos pedagógicos, como o soroban, o multiplano e computadores com programas de voz. Os materiais ainda são poucos, mas se utilizados com compromisso, transformam positivamente a vida do estudante deficiente visual.

Nota-se que mesmo, diante de tantos recursos pedagógicos, os mesmos apresentam-se como desconhecidos pelos educadores da UEPB e da escola regular em que a aluna estudou e que resultou na exclusão escolar. Infelizmente a exclusão está presente no cotidiano escolar, prejudicando alunos com ou sem deficiência. Nessa perspectiva, Mitter (2003, p. 139) enfatiza que, “Inclusão e exclusão começam na sala de aula. [...] O processo de exclusão educacional começa quando as crianças não entendem o que um professor está dizendo ou o que se espera que elas façam [...]”.

Apercebe-se, então que, a exclusão deve ser entendida e solucionada, pois, o processo de ensino-aprendizagem acaba sendo comprometido, ou seja, a criança não consegue aprender com a didática do professor. Esse momento visa mudanças que levem as novas metodologias e novos recursos que favoreçam a aprendizagem dos alunos para as salas de aula.

5.5 RECOMENDAÇÕES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Sabe-se que é um desafio para os profissionais da educação terem em sala de aula alunos com deficiência. Haja vista que, caso não sejam capacitados para atenderem a deficiência de seu aluno, têm que estudar e buscar métodos que facilitem o aprendizado do aluno. Mas, ainda existem professores que não buscarem se capacitarem e interferem negativamente no aprendizado do aluno. Assim, podemos inferir que, para melhor atenderem os alunos com deficiência visual, necessita-se do interesse por parte do professor. Quanto a isso, a discente entrevistada enfatizou que os professores devem:

Se capacitarem, aprendendo o método Braille. Porque se tivesse tido um professor capacitado na escola regular, não teria tido tantas dificuldades hoje em dia. Como fui pra escola super tarde, aos 15 anos, fui encaminhada para fazer supletivo. Isso me prejudicou bastante, hoje tenho muita dificuldade em absolver informações, porque não tive muito contato com a leitura. O professor tem que ajudar o aluno e não excluir como foi feito comigo.

Sobre o ensino supletivo que a discente mencionou que teve que fazer, é um ensino que, cujos conteúdos direcionados aos alunos, são oferecidos de maneira superficial. Desse modo, não contempla com eficiência todos os conteúdos que são ofertados na instituição regular de ensino, pois são ofertadas de maneira organizada de acordo com a série e maturação do aluno. No ensino supletivo, o aluno consegue cursar o ensino médio em apenas um ano e meio.

As pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, assim como a entrevistada, podem fazer o ensino supletivo, hoje denominado como Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora a proposta da EJA seja importante para aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa, essa modalidade de ensino apresenta seus malefícios, porque os conteúdos disponibilizados pela modalidade da EJA são bastante sucintos, dificultando o acesso a quantidade de conteúdos visto em aula, se comparado com a escola regular.

A aluna observada, apresenta dificuldades na interpretação de textos e de expressar-se oralmente durante a prova. Percebe-se como o tipo de ensino que a referida aluna teve a prejudicou. Por isso, é muito relevante para o aluno que desde cedo tenha o acompanhamento adequado da instituição escolar, com professores capacitados e capazes de incluir o aluno de forma que ele consiga aprender, demonstrando sua aprendizagem a partir do desenvolvimento de suas habilidades. Sendo assim, Mosquera (2010, p. 42) enfatiza que:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde [sic] se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Diante do exposto, percebe-se como é importante que desde a educação infantil, a criança tenha acesso a atividades lúdicas, que apenas com singelas atitudes o professor tenha objetivos a serem concretizados com o envolvimento do aluno com o brinquedo, brincadeira ou atividade. Mosquera (2010) acredita que o acesso da criança desde cedo com o lúdico, possibilita o desenvolvimento de várias habilidades como por exemplo, os aspectos físicos. Com este contato, a criança se desenvolve mais e melhor, entendendo a realidade do espaço em que habita, transformando-o e adaptando-se a ele.

Com isso, para melhor atendimento educacional especial, a entrevistada atribui que os professores se capacitem para que o aluno com deficiência seja incluído em sala de aula,

cabendo ao professor saber lidar com sua deficiência, adaptando atividades e incluindo recursos que ampliem suas capacidades.

Skiliar (2006) enfatiza que o professor deve estar preparado para receber o aluno com deficiência em sala de aula. Mas, para isto, é necessário que o professor tenha compromisso com seus alunos, ajudando-os a se desenvolverem, permitindo que estigmas e preconceitos sejam extintos tanto no contexto escolar quanto no social, permitindo a inserção da pessoa com deficiência nesses contextos, sendo papel do professor auxiliar seu aluno, estabelecendo pontes que permitam o acesso do aluno com o conhecimento.

5.6 AS ANOTAÇÕES DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Entende-se que as anotações que se faz durante o dia a dia, são bastante pertinentes e relevantes para a concretização de uma pesquisa. Dessa forma, a observação participante, também permite que, através do contato ou vínculo com o objeto de estudo, tenha-se a concretude sobre o que, quem, por que e como avaliar. Sendo assim, Valladares (2007, p. 153) enfatiza que “[...] a observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve [...]”. Desse modo, através deste tipo de observação, pode-se compreender um pouco sobre as dificuldades apresentadas pela aluna deficiente visual no ensino superior.

5.7 DIFICULDADE DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura de textos faz parte do cotidiano de muitas crianças no ensino infantil até sua vida adulta. A partir da leitura, têm-se o acesso mais amplo sobre o cotidiano como, por exemplo, ler jornais, revistas, enfim. Ler é entender, interagir e compreender o mundo. A leitura de textos deve acontecer de maneira com que o aluno sintam-se a vontade para compreender o que é lido.

Compreende-se que nem todos os textos são interpretados de maneira correta de acordo com as intenções do autor. A partir desse momento, são originados diversos conflitos que permeiam interpretações coerentes e não-coerentes, que seria o entendimento e o não entendimento do que se lê. Silva (2013, p. 67) enfatiza que:

Sabemos que a aprendizagem ocorre quando uma série de condições é satisfeita, tais como: quando o aluno é capaz de relacionar, de forma não arbitrária e substancial, a

nova informação com os conhecimentos e as experiências prévias e familiares que possui em sua estrutura de conhecimentos; quando tem a disposição de aprender significativamente; quando os materiais e conteúdos de aprendizagem têm significado potencial lógico; quando há disposição (motivação e atitude) do aluno para aprender; quando existem materiais, assim como uma adequada organização de tipos específicos de atividades e de estratégias de ensino oferecidas.

Sendo assim, pelo motivo da aluna deficiente visual ter ingressado em um momento tardio da escola regular e por ter sido alvo da exclusão escolar, após a leitura de textos, a referida aluna não conseguia informar o que tinha entendido do texto lido. A partir desse momento pode-se compreender que, durante o processo de escolarização, houve um déficit que interferiu diretamente na aprendizagem da aluna deficiente visual.

A partir da interpretação correta do que se lê, nota-se o nível de aprendizagem que o estudante adquiriu durante o percurso estudantil. Nota-se que a aluna deficiente visual, possui dificuldades de aprendizagem, por este motivo, não consegue interpretar de forma correta um texto lido para ela.

5.8 DIFICULDADE NA ORALIDADE

A oralidade se remete a transmissão de informações através da fala. Sendo assim, esse tipo de comunicação possibilita que o indivíduo consiga expressar-se de várias maneiras, em contextos diversos, seja ele, formal ou informal. Uma das manifestações da oralidade no aprendizado de conteúdos no nível superior, dá-se através da apresentação de seminários propostos pelos professores, oportunidade na qual os alunos têm a oportunidade de transmitirem informações através da linguagem falada.

Enquanto que muitos alunos têm vergonha, outros se expressam normalmente sem se constrangerem. Em virtude dos aspectos que compõem a oralidade, da aluna com deficiência visual, apresenta dificuldades de expressar-se oralmente, porque não consegue organizar as informações e expressá-las com clareza. Essa dificuldade, interfere no seu posicionamento, ou seja, nos seus comentários sobre textos lidos, inclusive sobre o que entendeu da explicação do professor. Dessa forma, é importante que o professor, se posicione a partir das dificuldades de seu aluno, Silva (2013, p. 67) esboça que:

O aluno cego ou com baixa visão tem uma percepção parcelada e demorada das coisas em seu redor. Esse fator exige do professor certa preparação no sentido da sensibilidade na atribuição de significados que, dado parcelado já referido, poderá apresentar discrepâncias do real se não houver atenção para esse aspecto da comunicação professor-aluno.

Sendo assim, compreende-se como é importante a capacitação de professores, para que consigam interferir diretamente nas dificuldades apresentadas por seus alunos com deficiência visual. Essa falta de preparação dos professores durante o ensino regular impossibilitou que algumas atividades de intervenção fossem aplicadas, dificultando ainda mais a expressão oral da referida aluna deficiente visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi enfatizado ao longo deste trabalho, consideramos como é importante para a pessoa com deficiência visual, ingressar em uma instituição escolar que atende e supera as suas necessidades desde cedo.

Como a inclusão escolar é significativa para as pessoas com deficiência. Com a ausência da inclusão escolar, provavelmente as pessoas com deficiência não teriam oportunidade de estudar.

Evidenciamos que foi a partir da Declaração de Salamanca (1994), que os direitos de todas as crianças à educação foram proporcionados, sejam elas deficientes ou não. Mesmo com os direitos assegurados, a aluna deficiente visual, sofreu a exclusão escolar, mediante a falta de formação continuada do professor.

Compreende-se como a falta de formação continuada é um fator que interfere negativamente no ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, aspecto esse que levou a aluna entrevistada a desistir de seus estudos e, por estar em uma idade avançada em relação ao ano de escolarização, teve que estudar na EJA.

Este tipo de ensino oferece oportunidade às pessoas estudarem novamente, que por algum motivo não conseguiu estudar na escola no seu tempo certo. Mediante a isso, a aluna deficiente visual, não teve oportunidade de vivenciar todos os conteúdos de maneira cautelosa. Por conseguinte, a respectiva aluna tem dificuldades de interpretação e de oralidade, dificuldades essas que o professor deveria ter interferido e ajudado sua aluna no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Sendo assim, tanto os profissionais da educação quanto as famílias de alunos devem saber que, as pessoas com deficiência visual conseguem estudar, locomoverem-se sem a ajuda de terceiros, ou seja, são pessoas autônomas capazes de crescerem profissionalmente e socialmente. As pessoas com deficiência visual não deveriam ficar fora do contexto escolar e social. Os profissionais da educação devem possuir a formação continuada, sendo qualificados para atender o aluno com deficiência e, não excluí-lo em sala de aula, como o que aconteceu com a aluna deficiente visual entrevistada. Enfatizamos também uma formação inicial que ajude os professores a responderem as necessidades educacionais dos seus alunos.

A inclusão possibilitaria ao estudante capacidade de esboçar suas capacidades e limitações, cabendo ao professor, fazer essa identificação, ajudando seu aluno a se desenvolver socialmente, fisicamente e cognitivamente. Nessa perspectiva, os pais devem

sempre estar ciente do tipo de deficiência existente em seu lar, procurando informações que ajudem a proporcionar o seu desenvolvimento.

Com isso, nós como futuros profissionais da educação, também temos o dever de ajudar as pessoas com deficiência, conquanto a inclusão não deve ser sempre papel da escola. Todos nós somos responsáveis em favorecer o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos com ou sem deficiência. Dessa forma, consideramos muito importante a formação de professores no contexto da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. **Tornar a educação Inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?** p.12. In.: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; et al (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.
- BARBOSA, Sergio Servulo Ribeiro. **A Psicogênese e a Sociogênese nas Obras de Norbert Elias e a sua relação com a educação no processo civilizatório**.Paraná, 2003. Disponível em:<<http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art21.pdf>> Acesso em: 14 Jun. 2014.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n° 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 02 de Abr. 2014.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual** vol. 1 fascículos I – II – III. Colaboração: Instituto Beijamim Constant. In.: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf> Acesso em: 25 de Jun. 2014.
- CORREA, Jane. NICOLAIEWSKY, Clarissa de Arruda. **Escrita ortográfica e revisão de texto em Braille: Uma história de reconstrução de paradigmas sobre o aprender**. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000200006> Acesso em: 14 de Set. 2014.
- DALL'ACQUA. Maria Júlia Canazza. Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a11.pdf>>. Acesso em Ago. 2014.
- FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. Ed. IBPEX: S/Data, S/Ano. p.17 e 19.
- FERNANDES; TEREZINHA, Clêonice et al. **A Construção do conceito de número e o pré-soroban**. In.: Ministério da Educação (MEC): Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pre_soroban.pdf> Acesso em: 09 de Set. 2014.
- FERREIRA, Windyz B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola**. p. 38, 39. In.: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; et al (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.
- FERREIRA, Windyz B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. p. 218, 219. In.: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- GIL. Marta. **Deficiência Visual**. Brasília: MEC: Secretária de Educação a Distância, 2000.
- MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <<http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/o-ensino-de-matematica-para-alunos-com-deficiencia-visual-atraves-do-uso-do-multiplano-peda>>. Acesso em: 14/09/14

MONTILHA, Rita de Cássia Ietto; TEMPORINI, Rita Edméa; NOBRE, Maria Inês Rubo de Sousa e et al. **Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual**. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492006000200014> Acesso em 02 de Ago 2014.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência Visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibpx, 2010.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. **Percepção, Ação e conhecimento nas crianças cegas**. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro(Org's). **Desenvolvimento psicológicos: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Vol. 1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

SALAMANCA, Declaração de. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 18 Jul. 2014.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva na Espanha**. p. 100. In.: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; et al (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

SÁ, Elisabeht Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão**. Brasília: Cromos, 2007.

SILVA, Luciene M. da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000300004&script=sci_arttext > Acesso em: 25 Jul. 2014.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Orientações didáticas para atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual, no ensino superior**. In. MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org.). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRN, 2013.

SILVA, Luzia Guacira. **Múltiplas Representações de docentes acerca da inclusão do aluno cego**. p. 193, 178. In.: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; et al (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. p. 31 In.: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus; ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões contemporâneas**. DIAS,

Félix; MIGUEL, Bordas; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (Org's). Salvador: EDUFBA, 2009.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista brasileira de Ciências Sociais. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext> Acesso em: 13 de Nov. 2014.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM UMA ALUNA DEFICIENTE VISUAL

1ª Parte: Dados Estudantis

- 1.1 Identificação
- 1.2 Idade
- 1.3 Curso que está matriculado
- 1.4 Período

2ª Parte: Dados sobre o processo de escolarização

- 2.1 Com quantos anos você foi pela primeira vez à escola?
- 2.2 Como era a sua relação com professores e colegas de sala?
- 2.3 Você tinha incentivo da família para estudar?
- 2.4 Você encontra barreiras que dificultam a sua aprendizagem?
- 2.5 No ensino superior, encontrou ou encontra o apoio de professores que usam métodos diversificados para avaliarem sua aprendizagem?
- 2.6 Na sua opinião, o que seria uma educação inclusiva?
- 2.7 Quais as recomendações você faria para que os educadores melhorassem o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual?